

Segurança alimentar e nacional da China no século XXI: rivalidade com os Estados Unidos e oportunidades para o Brasil

China's food and national security in the 21st century: rivalry with the United States and opportunities to Brazil

Rev. Bras. Est. Def. v. 9, n. 1, jan./jun. 2022, p. 205–227

DOI: 10.26792/RBED.v9n1.2022.75182

ISSN 2358-3932

DANIEL SANTOS KOSINSKI
TICIANA DE OLIVEIRA ALVARES

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo investigar o problema da segurança alimentar (e conseqüentemente, nacional) da China no século XXI, conforme percebido pelos chineses, no contexto da sua rivalidade crescente com os Estados Unidos e a posição central que cabe – e deverá caber cada vez mais nas próximas décadas – ao Brasil nessa questão.

Para isso, ele está dividido em seis tópicos. No primeiro, teorizamos a segurança alimentar como elemento básico da segurança nacional. No segundo, apresentamos alguns dados sobre a histórica carência alimentar da China e analisamos a concepção de segurança nacional dos dirigentes chineses, enfatizando o papel dos recursos agrícolas. No terceiro, investigamos as principais características do regime alimentar mundial contemporâneo, descrito como corporativo, financeirizado e hegemônico pelo

Daniel Santos Kosinski — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Economia Política Internacional (PEPI/IE/UFRJ), mestre em Ciência Política (PPGCP/UFRJ), especialista lato sensu em Políticas Públicas (IE/UFRJ), bacharel em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ). Ex-pesquisador do Núcleo de Avaliação da Conjuntura do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval e pesquisador do Laboratório da Conjuntura de Políticas Públicas de Direitos Humanos à Cidade (LDC/NEPP-DH/UFRJ). Pesquisador colaborador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ).

Ticiana de Oliveira Alvares — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda em Economia Política Internacional (PEPI/IE/UFRJ), mestra em Economia Política Internacional (PEPI/IE/UFRJ), especialista lato sensu em Estudos Estratégicos Internacionais Contemporâneos (PPGEEI-UFRGS) e bacharel em Ciências Econômicas (UFRGS). É assessora técnica do Consórcio de Governadores da Amazônia Legal.

dólar e por agentes governamentais e privados dos Estados Unidos. No quarto, tratamos das iniciativas adotadas pelos chineses nos últimos anos para lidar com o problema da sua segurança alimentar. No quinto, investigamos o papel hoje desempenhado pelo Brasil na geopolítica da segurança alimentar mundial. Finalmente, no sexto, avaliamos o papel central que o Brasil desempenhará na estratégia chinesa de segurança alimentar nos próximos anos e as oportunidades e ameaças que tal posição implicará.

A SEGURANÇA ALIMENTAR COMO ELEMENTO BÁSICO DA SEGURANÇA NACIONAL

É lugar-comum associar a noção de “segurança nacional”, em primeiro lugar, à aquisição de potência militar e à inviolabilidade das fronteiras. Nessa visão, a segurança é concebida prioritariamente como a proteção do Estado e da sociedade contra ameaças externas, isto é, contra o emprego da violência por forças estrangeiras.

Não obstante, de acordo com vários autores, essa concepção é incompleta. Em *People, State and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post Cold War*, Barry Buzan discutiu o tema numa perspectiva mais ampla. Então, afirmou que a segurança nacional deve ser considerada em relação às inseguranças, que se traduzem nas vulnerabilidades dos Estados e nas ameaças à sua existência. As vulnerabilidades seriam as “inseguranças internas”, enquanto as ameaças seriam externas, relativas às disputas interestatais. Ambas podem ser mitigadas pela busca do desenvolvimento e pela política externa, guiadas pelo que chamou de “interesse nacional” (Buzan 1983).

Em *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, Hans J. Morgenthau, discutindo os elementos básicos constituintes do poder nacional, considerou os alimentos “o mais elementar” dentre todos os recursos naturais. Para ele, “um país que é autossuficiente, ou quase autossuficiente, tem uma grande vantagem sobre uma nação que não é e tem que ser capaz de importar os alimentos que não cultiva, ou então morrer de fome” (Morgenthau 1993, 127, traduções livres). Isso acontece porque:

Um país desfrutando de autossuficiência, como os Estados Unidos, não precisa desviar suas energias nacionais e políticas externas dos seus objetivos primários para assegurar que suas populações não morrerão de fome na guerra. (Morgenthau 1993, 127)

Por outro lado, países que convivem com escassez de alimentos, como a Índia na segunda metade do século XX, possuem “uma fonte de fraqueza permanente na política internacional”, uma “deficiência insuperável” os

compelindo a “agir na sua política externa a partir das fraquezas em vez da força” (Morgenthau 1993, 128). Por essas razões, Morgenthau concluiu que “a autossuficiência em alimentos, ou a falta dela, é um fator relativamente estável no poder nacional” (Morgenthau, 1993, 128).

Por sua vez, em *Food and National Security*, Cheryl Christensen considerou que “países importadores de alimentos têm muitas razões para considerar a sua posição alimentar internacional uma questão de segurança nacional” (Christensen 1977, 289, 290, traduções livres). Primeiramente, esses países convivem com o risco permanente de interrupção, deliberada ou involuntária, no abastecimento de produtos agrícolas, condição decorrente de qualquer dependência de recursos estratégicos estrangeiros. Em segundo lugar, enfrentam incertezas quanto às condições de financiamento das suas importações necessárias, que dependendo do caso podem exigir o consumo de reservas cambiais limitadas ou levar ao endividamento externo em moedas estrangeiras.

Portanto, além da obtenção dos recursos alimentares em si, os países importadores também possuem vulnerabilidades decorrentes dos custos em fazê-lo. Assim, devem procurar adotar um conjunto de medidas tais como: aumentar a sua autossuficiência na produção de alimentos; diversificar as suas fontes de abastecimento, se possível, investindo para ampliar ou criar novas áreas fornecedoras, mais confiáveis; reduzir ou estabilizar os preços que pagam pelos seus alimentos; e constituir e manter estoques consideráveis visando se proteger de flutuações na produção e no fornecimento (Christensen 1977, 290-293).

Felipe Torres, no seu artigo *La visión teórica de la seguridad alimentaria como componente de la seguridad nacional*, também tratou dessa questão. Segundo ele:

La seguridad nacional se convierte entonces en un asunto de Estado que deriva de objetivos fundamentados en el desarrollo, mediante un sistema de seguridad con la capacidad suficiente para preservar el modo de vida y la autodeterminación nacional, impidiendo el sometimiento material y espiritual; es decir, asegurar la independencia política y la integridad de la nación donde cada estado enfrente su seguridad organizando sus recursos. Desarrollo y seguridad son dos aspectos con absoluta interdependencia. (Torres 2003, 19)

Já em artigo mais recente, Torres considerou que as vulnerabilidades podem se tornar ameaças aos Estados na medida em que geram tensões e conflitos nas sociedades. Então, destacou o papel da segurança alimentar¹ na segurança nacional, identificando:

[...] una clara relación con la orientación distributiva del desarrollo económico y los desequilibrios que este genera [...]. Resolverlos implica encauzar los procesos económicos de tal manera que garanticen estabilidad social, atendiendo, principalmente el acceso a la alimentación, por su dimensión vital a la reproducción humana y estabilidad material. (Torres 2014, 75)

Na sua visão, a segurança alimentar tem duas dimensões: uma interna, que se refere à capacidade do Estado de coordenar a produção de alimentos e o seu acesso à população através de políticas de desenvolvimento e distributivas; e outra externa, relacionada às “*formas de control que ejercen en el mercado mundial de alimentos los grupos económicos hegemónicos, así como en el desarrollo y apropiación de las tecnologías agrícolas*” (Torres 2014, 76). Assim, Torres considerou a segurança alimentar prioritária para diminuir as vulnerabilidades e ameaças aos Estados.

A HISTÓRICA CARÊNCIA ALIMENTAR DA CHINA E O PAPEL DA SEGURANÇA ALIMENTAR NA CONCEPÇÃO CHINESA DE SEGURANÇA NACIONAL

Desde os primórdios da sua cultura, os chineses convivem com um problema perene de escassez de alimentos. Durante o período imperial (211 a.C. – 1911 d.C.), ocorreram mil e oitocentos episódios de fome crônica no país (Belik 2019). Pelo menos um deles desencadeou rebeliões camponesas generalizadas que resultaram na queda de uma dinastia, a Yuan, em 1368 (Roberts 2012).

Com pouco mais de nove milhões e meio de quilômetros quadrados, a República Popular da China é o terceiro maior país do mundo em extensão territorial. Todavia, a maior parte do seu território é árida e montanhosa, ocupada por cordilheiras como o Himalaia e por grandes desertos. Com isso, as suas terras agricultáveis somam apenas metade das brasileiras, ao passo que a sua população é sete vezes superior: ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes, pouco menos de 20% da população mundial (Lima and Oliveira 2019). Apesar da urbanização acelerada nas últimas décadas, a China ainda possui 35% dos agricultores do planeta, mas apenas 8 a 9% das suas terras aráveis (Santos and Glass 2018, 36) e 6% da sua água potável (Morán 2019).

À luz dessas circunstâncias históricas e demográficas, garantir a segurança alimentar se revela um desafio crucial para a estabilidade social e política e para a segurança nacional da China. Partindo desse entendimento, a questão agrária foi considerada um dos eixos estruturantes das políticas de “Reforma e Abertura” adotadas sob a liderança de Deng Xiaoping a partir de 1978 e que tinham por objetivo modernizar o Estado e a sociedade a

partir da modernização agrícola, da industrialização, do avanço científico e tecnológico e do investimento nas Forças Armadas (Vogel 2011).

Para isso, as principais políticas agrícolas executadas foram o “Sistema de Responsabilidade Familiar” (1978-1990), o princípio do “*Sannong*” (1991-2005) e, a partir de 2005, o “Novo Meio-Rural Socialista” (Ye et al 2010). Sem espaço para detalhá-las, os avanços obtidos permitiram à China alcançar em 2017 a maior produção mundial de grãos com quase 620 milhões de toneladas – um incremento de 127% desde 1978, muito embora a área cultivada tenha crescido apenas 5% (FAO 2019). Segundo o governo, essas e outras conquistas permitiram que 700 milhões de chineses superassem a pobreza nas últimas décadas (Xi 2017).

Mesmo assim, essa imensa produção agrícola ainda está bastante aquém do necessário para assegurar a autossuficiência alimentar. Tomemos como exemplos os quatro grãos básicos da dieta mundial: trigo, milho, soja e arroz. Entre 2017 e 2020, os chineses importaram anualmente, em média, 4,5 milhões de toneladas de trigo, cerca de 4% do seu consumo, com expectativa de aumentar essas importações para 10,8 milhões em 2021 e 9,5 milhões em 2022. Em grãos brutos, incluindo milho, sorgo e cevada, foram importadas mais de 14,6 milhões de toneladas, 6% do seu consumo, com expectativa de expandir significativamente as suas compras para 48,5 milhões em 2021 e 44,6 milhões em 2022. Quanto à soja e seus derivados, como rações animais e óleos, a China importou 96,9 milhões de toneladas, 53% do total mundial e quase 2/3 do consumo doméstico, com expectativa de ampliar as compras para 104,5 e 106 milhões nos anos seguintes. Já as importações de arroz somaram 3,8 milhões de toneladas, cerca de 3% do seu consumo, com tendência estável. Além disso, em 2020, o país também comprou 3,3 milhões de toneladas de carne bovina, 1/3 do seu consumo; 5,7 milhões de toneladas de carne suína, 13,5% do seu consumo; quase 2,2 milhões de toneladas de carne de frango, 10% do seu consumo; 6,3 milhões de toneladas de açúcar, 37% do seu consumo; e 16,9 milhões de toneladas de leites e laticínios, quase 1/3 das suas necessidades, com expectativa de ampliar para 21,7 milhões em 2021 (FAO 2021).

Dessa forma, se em 1990 a China apresentou saldo positivo no comércio mundial de produtos agrícolas, exportando dois bilhões de dólares a mais do que importou, já em 2017 o seu saldo no setor havia se tornado negativo em 105 bilhões, superando em muito o Japão como o maior importador mundial de alimentos (Mendonça de Barros 2019, 49). Em 2020, segundo a Organização Mundial do Comércio (WTO, 2022), os chineses importaram 215,8 bilhões de dólares em produtos agrícolas, resultando num imenso déficit comercial de 137,6 bilhões de dólares no setor. Essas importações representaram 11,6% do total mundial e um crescimento su-

perior a onze vezes desde o ano 2000. Esses dados ilustram a enorme (e crescente) dependência da China de fontes estrangeiras para assegurar o seu abastecimento alimentar. Não por acaso, a questão vem sendo considerada central pelos dirigentes chineses para asseverar a segurança nacional do seu país num contexto internacional visto como cada vez mais instável.

Zheng Bijian, um experiente funcionário do governo chinês, apresentou os principais pontos do documento *Research Findings on the Path of China's Peaceful Rise*. Nesse estudo, elaborado em 2004, foram apresentadas dezoito “questões estratégicas” a serem resolvidas para que a China garanta a sua segurança, desenvolvimento e ascensão internacional e alcance os objetivos primordiais de “rejuvenescimento nacional” e de se tornar uma “sociedade moderadamente próspera” até meados do século XXI.

Uma questão levantada foi se a China conseguirá “assegurar que as necessidades materiais e culturais associadas com o crescimento contínuo da população de 1,3 para 1,5 bilhão serão coordenadas adequadamente com o desenvolvimento ambiental, dos recursos e da produtividade” (Zheng 2018, 16). Apontou-se o contraste entre a enorme população e a escassez dos recursos naturais: em relação à média mundial, o país possui apenas 25% da água potável, 40% das terras agricultáveis, 8% do petróleo, 4% do gás natural, 25% do cobre e 9% do alumínio por habitante.

Então, destacou-se que as principais carências chinesas são “energia, alimentos, matérias primas e água” e que a eficiência do país em produzi-los ainda era baixa. Portanto, para manter a estabilidade social e levar adiante o desenvolvimento nacional, urgia “assegurar a estabilidade no abastecimento de longo prazo dos recursos estratégicos” e “conduzir as revoluções” nas novas tecnologias e indústrias, considerando que “esse não é meramente um problema econômico; é parte da segurança econômica e nacional da China” (Zheng 2018, 16).

Em maio de 2016, Xi retomou o tema, citando especificamente a questão da escassez dos recursos naturais e dos alimentos:

Estamos sofrendo pressões relacionadas à energia, alimentos, ciberespaço, ecologia, biologia e defesa nacional, e temos que nos apoiar em [...] inovações científicas e tecnológicas para garantir a segurança nacional. [...] A inovação é a chave para o desenvolvimento do nosso país. (Xi 2017, 297)

Já em fevereiro de 2017, Xi tratou da necessidade de “aderir ao caminho da segurança nacional com características chinesas” a partir de uma “abordagem holística” do problema, provendo “a garantia de segurança para a realização do sonho chinês do rejuvenescimento nacional” e protegendo “os interesses do nosso povo” (Xi 2017, 411). Para isso, no seu entendimento:

Devemos adotar uma visão global na segurança nacional, coordenar desenvolvimento e segurança, combinar princípios com táticas, e sempre manter [...] a iniciativa estratégica [...]. Grandes esforços devem ser dedicados à segurança política, econômica, territorial, social e cibernética. (Xi 2017, 412)

Em suma, a concepção de segurança nacional das autoridades chinesas é ampla, abrangendo aspectos militares, materiais, financeiros, sociais, culturais e até ambientais, tidos como indissociáveis. Os recursos alimentares ocupam uma importância central, pois o seu abastecimento adequado é considerado a condição mais elementar de estabilidade social e política, desenvolvimento nacional e legitimidade do regime. Não obstante, a insuficiência produtiva chinesa somado às características do sistema agroalimentar contemporâneo implicam em elevada vulnerabilidade externa para o país.

O REGIME ALIMENTAR MUNDIAL CONTEMPORÂNEO: CORPORATIVO, FINANCEIRIZADO E HEGEMONIZADO PELOS ESTADOS UNIDOS

Em 1989, Harriet Friedmann e Philip McMichael publicaram o ensaio *Agriculture and the State System. The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present*. Trata-se de um trabalho considerado seminal na análise dos sistemas agroalimentares, inaugurando uma agenda de pesquisa cujo objetivo central era o de investigar “o papel da agricultura no desenvolvimento da economia capitalista mundial e na trajetória do sistema estatal” (Bernstein 2015, 1).

Com isso, Friedmann e McMichael ensejaram uma investigação dos padrões de produção e circulação dos alimentos e dos arranjos globais de poder que eles expressam dentro de uma “perspectiva histórica mundial”. Central para esse intento é a noção de “regime alimentar”, com a qual eles pretenderam conectar “as relações internacionais da produção e consumo de alimentos às formas de acumulação, distinguindo os períodos da acumulação capitalista” com base em perguntas tais como: Onde, como e quais alimentos são produzidos e consumidos na economia internacional do capitalismo? Quem os consome? Quais os efeitos sociais e ecológicos da produção e do consumo de alimentos em diferentes regimes alimentares? (Bernstein 2015, 1-2).

Com base nessas premissas, Friedmann e McMichael identificaram três regimes alimentares históricos. Aqui, importa avaliarmos o Terceiro Regime, formado a partir de meados dos anos 1970 e vigente nos nossos dias. Resumidamente, ele se caracteriza: a) pela liderança do setor agropecuário dos Estados Unidos, que em termos *per capita* permanece o mais

produtivo e (ainda) é o maior exportador mundial (FAO 2021), embora venha perdendo espaço nas últimas décadas; b) pela posição incontestável do dólar como meio hegemônico de comando no comércio e nas finanças internacionais; c) pela ampla liberalização comercial e financeira, através da redução das funções e regulações governamentais; e d) pelo aprofundamento do domínio das grandes corporações transnacionais, em sua ampla maioria oriundas dos países do “norte” e, em particular, dos Estados Unidos (Bernstein 2015, 11-18).

Em rigor, essas grandes corporações estão localizadas em diversas etapas das cadeias produtivas de alimentos² como no comércio atacadista (Wal-Mart, Tesco, Carrefour); no processamento (Nestlé, PepsiCo, Coca-Cola, Kraft Heinz, Unilever, JBS, Tyson Foods); na produção de máquinas agrícolas (Deere & Company, AGCO, Kubota); fertilizantes (Agrium, Potash, Mosaic, Sinofert); agrotóxicos e sementes (Syngenta, Bayer, BASF, Monsanto, Dow Chemical e DuPont). Além delas, desempenham papel crucial as chamadas *Trading Companies*, especialmente as “ABCD” — as estadunidenses Cargill, Archer Daniels Midland (ADM) e Bunge e a holandesa Louis Dreyfus. Elas formam um oligopólio que historicamente tem controlado 70% ou mais do comércio internacional de grãos e figuram entre as 200 maiores empresas do mundo em faturamento. Para isso, mantêm enorme infraestrutura global de armazéns, portos, ferrovias, refinarias, silos, moinhos e fábricas, exercendo elevado poder de controle sobre o sistema agroalimentar mundial ao coordenar a logística das cadeias produtivas desde a produção e distribuição dos insumos e produtos agrícolas até a comercialização dos produtos finais (Santos and Glass 2018).

Outra característica central desse regime é o seu grau cada vez mais elevado de financeirização. Embora bolsas de futuros agrícolas existam desde o século XVIII, esse fenômeno se refere à “importância crescente dos [...] motivos financeiros, instituições financeiras e elites financeiras na operação da economia e das suas instituições governantes, tanto no nível nacional quando no internacional” (Clapp 2014, 798-799), tendo ganhado força a partir das décadas de 1970 e 1980 no bojo da “desregulação dramática” e da “globalização” financeira mundial (Fiori 1997).

No contexto do sistema agroalimentar, essa financeirização vem implicando no crescimento exponencial na criação e comercialização de instrumentos financeiros ligados às *commodities* agrícolas e terras por bancos, corporações transnacionais (incluindo as próprias *Trading Companies* agrícolas), fundos de investimento e soberanos, pessoas físicas, entre outros. Eles adquirem ativos representativos dos produtos “reais” — como os *Commodity Index Funds*, ligados aos preços dos produtos agrícolas, minerais

e energéticos, e os *Exchange Trade Funds* (ETF) — sem qualquer obrigação ou interesse na sua aquisição. Esses ativos são negociados incessantemente numa rede mundial de bolsas de valores agrícolas cujo principal centro é a *Chicago Board of Trade* (CBOT).

Dessa forma, as finanças vêm desempenhando um papel crucial no funcionamento do sistema agroalimentar. Os imensos fluxos de capitais especulativos afetam intensamente os preços internacionais dos produtos agrícolas, tornando-os muito voláteis — um fato que compromete, em particular, a segurança alimentar dos países importadores (Christensen 1977), como a China. Entre 2006 e 2008, no contexto da crise financeira do capitalismo global, houve crescimento de 217% nos preços internacionais do arroz, 136% do trigo, 125% do milho e 107% da soja. Entre 2007 e 2014, o alqueire do milho subiu de 2,50 dólares para mais de 8,00; o do trigo, de 3,50 para 11,00; o da soja, de 6,00 para 16,00; porém, todos caíram 50% ou mais desde então (Mendonça de Barros 2019, 44), demonstrando as razões puramente financeiras, especulativas, desses movimentos (Oliveira 2015).

Portanto, nesse regime alimentar, são praticamente inexistentes as distinções entre os agentes produtivos e os financeiros. O seu foco não é assegurar a segurança alimentar mundial, mas promover e acelerar a acumulação privada de capitais. Por isso, a transformação dos alimentos em *commodities* e a financeirização dos seus preços, sob a égide das grandes corporações e dos mercados financeiros, caminham juntas, razão pela qual o regime foi considerado “corporativo” e “financeirizado” (Goldfarb 2015). Todavia, este fato não resulta, em absoluto, na perda de controle pelos governos. Embora o regime seja majoritariamente operado pelas grandes corporações, suas operações são intensa e permanentemente condicionadas pelas políticas fiscais, trabalhistas, monetárias e ambientais adotadas em cada país. Este fato “permite aos Estados exercerem grande controle sobre o desenvolvimento agroindustrial para os seus próprios propósitos geopolíticos” (Oliveira 2015, 16).

Nesse regime, os Estados Unidos não exercem mais um *Food Power* (“Poder Alimentar”) análogo ao que desfrutavam até meados da década de 1970. Também chamado de *agripower*, ele partia da percepção de que os recursos alimentares do país “poderiam prover um novo tipo de poder que poderia ser usado para conter ações que se acredita ameaçar a segurança nacional”, permitindo ao governo “exercer poder comportamental baseado nos seus recursos agrícolas” (Christensen 1977, 293). As bases desse poder repousavam sobre a enorme produção agrícola estadunidense — muito além do seu consumo doméstico —, gerando grandes excedentes exportáveis e lhe permitindo constituir enormes estoques. (Christensen 1977, 294–298). A partir dessa posição, as autoridades dos EUA puderam cooptar aliados

entre os países pobres, fornecendo alimentos baratos; e também praticar um “poder alimentar coercitivo” (Christensen 1977, 302).

Na década de 1970, com a transição para um novo regime alimentar, os estoques dos Estados Unidos em relação ao total mundial declinaram rapidamente, chegando a 24,5% em 1974-5; e foram em grande medida privatizados (Christensen 1977, 294-298). Desde então, o país também reduziu a sua participação na produção e nas exportações globais de grãos com a ascensão de outras potências agrícolas, como o Brasil. Ainda assim, o regime atual se caracteriza:

Pela presença dos EUA entre os líderes na exportação dos principais produtos. Entre 2017 e 2020 (FAO 2021), o país foi o terceiro maior exportador mundial de trigo (25,2 milhões de toneladas anuais); o maior de milho (53 milhões de toneladas, quase 1/3 do total mundial); o segundo maior de soja (53 milhões de toneladas); o terceiro maior de rações animais (13 milhões de toneladas); e o segundo maior de carnes (8,4 milhões de toneladas). O país exportou em 2020 170 bilhões de dólares em produtos agrícolas, atrás apenas dos 231 bilhões exportados pelos 27 países da União Europeia somados. Além disso, tem sido o principal fornecedor de alimentos para a China nas últimas décadas (WTO 2022);

Pelo controle logístico da produção e da distribuição global dos insumos e produtos agrícolas pelas grandes corporações transnacionais oligopolistas, principalmente as grandes *Trading Companies* sediadas nos Estados Unidos;

Pela posição hegemônica do dólar como meio de comando do comércio e das finanças internacionais num regime alimentar cada vez mais financeirizado. Os preços internacionais dos principais produtos agrícolas são denominados em dólares e estabelecidos por fluxos desregulados de capitais financeiros, sob a influência direta das políticas monetárias estadunidenses, numa rede global de bolsas de valores agrícolas interconectadas cujo centro é a *Chicago Board of Trade* (CBOT) (Oliveira 2015).

Diante disso, embora as autoridades dos Estados Unidos não possuam o controle direto sobre a produção e a distribuição global de produtos agrícolas que exerciam em décadas anteriores, ainda conservam um “Poder Alimentar” considerável, indireto. Com efeito, elas o exercem sobre a logística global dos produtos agrícolas, realizadas primordialmente por corporações sediadas no seu território e, portanto, subordinadas à sua jurisdição; e também sobre a formação dos preços internacionais dos produtos agrícolas, cruciais para determinar a sua distribuição e apropriação pelos países.

Portanto, trata-se de um regime alimentar não apenas corporativo e financeirizado, mas também hegemônico pelos Estados Unidos (Oliveira 2015). Por essas razões, a China, dotada de uma insuficiência alimentar

estrutural e altamente dependente do comércio internacional de produtos agrícolas para se abastecer, tem a sua segurança alimentar consideravelmente vulnerável, exposta às ações do governo, das autoridades monetárias e das empresas estadunidenses. Na visão dos seus dirigentes, esse fato faz com que o controle sobre o abastecimento de alimentos possa ser utilizado pelos EUA como uma arma de desestabilização contra a China, expondo a sua segurança nacional às ações deste país.

AS RECENTES INICIATIVAS CHINESAS PARA O PROBLEMA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NACIONAL

Diante disso, o Partido Comunista da China, na ocasião do seu 19º Congresso, reafirmou a tarefa de “garantir a segurança alimentar do país, mantendo firmemente a tigela dos chineses em nossas próprias mãos” (Partido Comunista da China 2017). Vejamos, então, as principais iniciativas tomadas com vistas ao problema.

A primeira delas tem sido a constituição de grandes estoques estratégicos dos principais produtos agrícolas consumidos pelo país. Segundo dados da FAO (2022), a China possuía entre 2018 e 2020 estoques de grãos de cerca de 390 milhões de toneladas, montante correspondente a 46% das reservas mundiais. No trigo, os estoques chineses de 117,7 milhões de toneladas representavam quase um ano do seu consumo; no milho, as 163,6 milhões de toneladas representavam 51% das reservas mundiais e supriam mais da metade do consumo anual; no arroz, os estoques chineses de 105 milhões de toneladas representavam quase 60% do total mundial e mais de sete meses de consumo. A manutenção dessas reservas requer uma imensa infraestrutura de silos, armazéns, terminais de carga e de transportes, administrada pela *China National Grain Reserves Corporation (Sinograin)*, uma empresa estatal criada em 2000.

A segunda iniciativa vem sendo promover a ampliação do controle chinês sobre o regime agroalimentar mundial vigente através da expansão das empresas chinesas, principalmente as estatais, nas cadeias globais de produção de alimentos. Destaque-se a rápida ascensão da estatal China Food and Oil Corporation (Cofco), tornando-se uma das principais *trading companies* mundiais.

A terceira iniciativa diz respeito ao aumento da produção e produtividade internas. De acordo com o 14º Plano Quinquenal (2021-2025), as medidas para esse fim incluem: um sistema de proteção rigoroso das terras agrícolas e melhoramento de sua qualidade, garantindo que sua área total fique acima dos 120 milhões de hectares, focado na produção de grãos; a construção de um cinturão industrial nacional de segurança alimentar; a

implementação de projetos de desenvolvimento de terras agrícolas contíguas de alta qualidade, superando 71 milhões de hectares. Além disso, o Plano também prevê políticas de conservação e fortalecimento do solo de *chernozem* e a restauração do solo na região nordeste da China; investimentos em pesquisa e desenvolvimento a fim de levar o nível geral de mecanização na lavoura em 75%; investimentos em melhoramento biológico, dentre outros.

Outra iniciativa importante vem sendo tomada no campo financeiro pela *China Securities Regulatory Commission*. Essa agência vem estimulando o crescimento de bolsas chinesas de valores agrícolas. O objetivo é fomentar um comércio internacional de produtos agrícolas precificados na própria moeda chinesa e protegido dos fluxos internacionais de capitais especulativos dolarizados. Com isso, os chineses objetivam estabilizar o financiamento das suas importações de produtos agrícolas.

Por fim, as autoridades chinesas também têm tomado diversas iniciativas no campo da diplomacia e na organização de uma nova divisão internacional do trabalho, diversificando geograficamente as suas fontes de abastecimento de recursos naturais, entre eles os produtos agrícolas. Em primeiro lugar, no contexto da “guerra comercial” contra o país promovida pelo governo de Donald Trump nos Estados Unidos, a China restringiu as suas importações agrícolas daquele país, que caíram de quase 26 bilhões de dólares em 2012 para pouco mais de 9 bilhões em 2018, embora tenham retornado para o patamar anterior em 2020 (US Department of Agriculture 2022). Em contrapartida, os chineses vêm ampliando significativamente as suas compras agrícolas de países como Brasil e Argentina (dos quais se tornaram os maiores compradores de milho, soja, rações animais e carnes), África e Ásia Central e Sudeste Asiático (WTO 2022).

Nesse sentido, vale destacarmos a iniciativa do *Belt and Road*, ou a “Nova Rota da Seda”, visando organizar um sistema global de abastecimento de matérias primas centrado na China (Li 2019). O seu foco na Eurásia também busca diversificar as suas possibilidades de obtenção de recursos, incluindo os alimentares, por via terrestre. Com isso, as autoridades chinesas objetivam reduzir a dependência do seu abastecimento das passagens marítimas estratégicas como o estreito de Malaca, conforme vimos, por elas considerado muito vulnerável ao poderio aeronaval dos Estados Unidos.

Por último, outras políticas chinesas a serem destacadas têm sido o financiamento de colheitas agrícolas no exterior mediante a compra de terras, principalmente na África, Sudeste Asiático (Santos and Glass 2018) e América do Sul (Morán 2019); e a construção de infraestruturas para o escoamento de grãos em países como Moçambique, Etiópia, Laos e Paquistão, também no contexto da *Belt and Road Initiative* (Xi 2017, 557).

O BRASIL NA GEOPOLÍTICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL

A produção mundial de alimentos aumentou 65% entre 1994 e 2014 (Elverdin and Piñeiro 2019, 40). Sem dúvidas, o Brasil cumpriu um papel central nesse feito. Nos últimos 50 anos, ensejou-se aqui uma verdadeira “revolução agrícola”: o advento pioneiro de uma agricultura “tropical” e “sustentável” — pelo menos no quesito competitividade —, viabilizada pela imensa dotação de recursos naturais, por grandes investimentos públicos e pelo desenvolvimento, pela Embrapa (criada em 1973), de tecnologias, insumos e produtos agrícolas nativos, adaptados aos biomas, solos e climas brasileiros (Paulinelli and Rodrigues 2019).

O Brasil se tornou o maior fornecedor mundial de *commodities* agrícolas, com 22,8% das exportações líquidas globais (isto é, o saldo das suas exportações subtraídas das importações). Entre 2017 e 2020, o Brasil superou de longe os EUA como o maior exportador mundial de soja, com 81,5 milhões de toneladas anuais; rivalizou com a Argentina pelo posto de segundo maior exportador de milho, com 31,6 milhões; se tornou o maior vendedor de óleos vegetais e o segundo maior de rações animais, com 16,7 milhões; foi o maior exportador de açúcar com 30 milhões de toneladas, metade do total mundial; assim como o maior de carne bovina (2,5 milhões) e de aves (4 milhões) e o quarto de suína (1,2 milhão) (FAO 2021).

Dessa forma, de 1990 a 2020, o saldo comercial brasileiro no setor agrícola subiu de apenas 7 para 76 bilhões de dólares. Em comparação, o da Argentina cresceu de 7 para 33. Em rigor, isso significa que o Brasil e a Argentina (que hoje contribui com 12,2% das exportações líquidas globais) produzem atualmente os maiores excedentes mundiais de produtos agrícolas. Somados ao Paraguai e ao Uruguai, o Mercosul cobre atualmente mais de 38% do déficit global (Elverdin and Piñeiro 2019, 36-37), tornando-se a região crucial na geopolítica da segurança alimentar mundial. Por outro lado, a Ásia se tornou a grande compradora: China, Japão, Coreia do Sul e os países do Golfo Pérsico representam 60% das importações globais líquidas. Dessa forma, as exportações brasileiras têm se concentrado cada vez mais nessa região, com “amplo destaque” para a China (Mendonça de Barros 2019, 43). Os chineses compraram apenas 440 milhões de dólares em produtos agrícolas brasileiros em 2000, 4% das exportações brasileiras; já em 2017, foram mais de 25 bilhões, 1/3 do saldo líquido, enquanto os demais países asiáticos compraram 14,5 bilhões (Mendonça de Barros 2019, 50).

Portanto, o Brasil vem se tornando nos últimos anos o principal fornecedor de produtos agrícolas para os chineses, ocupando o lugar dos Estados Unidos. Dessa forma, é importante destacar:

A relevância geopolítica que o Brasil passou a ter na segurança alimentar de diversos países [...] em especial da China e do Oriente Médio [...] diversos países [...] dependerão cada vez mais do produto brasileiro para assegurar a segurança alimentar que necessitam [...] especialmente aqueles com grande população que já passaram por episódios de fome, como é o caso da China [...]. (Mendonça de Barros 2019, 50-51)

Não bastasse isso, com a continuidade da industrialização e da urbanização na China e na Índia e o crescimento acelerado da renda média nesses e também em outros países da Ásia e da África, estima-se que, para garantir a segurança alimentar mundial, a produção global terá que aumentar em mais 60% até 2050 (Elverdin and Piñeiro 2019, 36). Na década de 2030, a China deverá consumir sozinha o equivalente a 2/3 da produção mundial de grãos do início do século XXI (Jacques 2009, 169). Nem a Ásia nem a China possuem recursos naturais suficientes para atender essa demanda (Mendonça de Barros 2019, 46).

Assim, alguns analistas preveem para as próximas décadas uma crise “mundial” e “sem precedentes” de oferta de alimentos (Paulinelli and Rodrigues 2019, 17). Somente do Brasil, espera-se que essa demanda exija uma expansão da produção de 40% até 2030. Nesse contexto, o problema da segurança alimentar mundial deverá ganhar uma importância inédita e a “universalização das condições produtivas sustentáveis das nações tropicais” será a chave para sustentar o crescimento da produção (Paulinelli and Rodrigues 2019, 16).

Em resumo, o Brasil já tem um papel destacado na segurança alimentar mundial. Além disso, o território brasileiro detém de 12 a 14% da água doce do planeta, recurso essencial para a expansão da produção e que deverá se tornar cada vez mais escasso. Portanto, a agroindústria terá importância cada vez mais central para a projeção geopolítica do Brasil (Gonçalves and Costa 2019, 27). Alguns até mesmo consideram que, no futuro próximo, o Brasil possa ser a chave para a “paz entre as nações”, fornecendo “alimentos em volume e qualidade compatíveis com a demanda e [...] oferecidos a preços razoáveis” (Paulinelli and Rodrigues 2019, 25).

Exageros à parte, tudo indica que o Brasil se tornará cada vez mais central na estratégia de segurança alimentar dos países deficitários – e nenhum deles é ou será tão deficitário quanto a China nas próximas décadas, principalmente tendo em vista o previsível acirramento das suas disputas com os Estados Unidos.

A SEGURANÇA ALIMENTAR CHINESA NO SÉCULO XXI: OPORTUNIDADES (E ALGUMAS AMEAÇAS) PARA O BRASIL

Sintomático das oportunidades que essa condição oferecerá para o Brasil é o papel da soja. Considerada a “*commodity* agroindustrial produzida e exportada mais importante economicamente e mais significativa estrategicamente” (Oliveira 2015, 1). Dessa forma, esse setor “assume uma nova e crucial importância geopolítica” (Oliveira 2015, 2) para o Brasil.

Trata-se de um complexo bastante integrado composto por insumos diversos, tecnologias, a produção em si, o processamento dos grãos e a logística da distribuição. Todavia, empresas transnacionais norte-atlânticas controlam as principais tecnologias de produção: Monsanto, DuPont e Syngenta produzem 55% das sementes; Bayer, Basf e Dow Chemical, 76% dos pesticidas e herbicidas; ADM, Bunge, Cargill e Luis Dreyfus executam 80% do comércio; na América do Sul, 50% da capacidade de moagem dos grãos e 85% das exportações. Por outro lado, é na CBOT, em Chicago, que os preços da soja e seus derivados são estabelecidos com a maior parcela dos mercados futuros e *hedging* (Oliveira 2015, 2). Isso confere ao dólar um papel central na operação do complexo brasileiro:

Além dos lucros diretos realizados pelas transnacionais baseadas nos Estados Unidos por controlar as exportações brasileiras de soja para a China, portanto, o governo dos Estados Unidos, as corporações baseadas nos Estados Unidos e os interesses consumidores se beneficiam enormemente da manutenção do dólar como moeda padrão do comércio internacional da soja – especialmente agora que o Brasil ultrapassou os Estados Unidos como o maior exportador de soja do mundo. (Oliveira 2015, 17)

Essa dolarização do comércio agrícola traz diversos problemas para o Brasil, tais como tendência persistente à sobrevalorização cambial com perda de competitividade dos setores manufatureiros e conflitos de interesses entre setores primário-exportadores e industriais, tensões de difícil resolução. Por outro lado, conforme vimos, os chineses têm interesse em assegurar a ampliação do seu abastecimento a preços estáveis e externos à influência dos Estados Unidos. Dessa forma, pode haver uma convergência de interesses geopolíticos entre Brasil e China em “desdolarizar” as suas relações e ocupar o espaço das empresas norte-atlânticas:

[...] ao expandir a produção de soja e controlando o seu processamento e comércio dentro do Brasil, seus vizinhos sulamericanos e até em Estados africanos distantes, o Estado brasileiro e os agrobusiness, juntos com outras potências emergentes, estão cultivando

poder político e econômico para se estabelecerem como líderes numa “nova ordem multipolar mundial”. (Oliveira 2015, 19)

Outra oportunidade é aproveitar a demanda chinesa por *commodities* agrícolas para constituir um novo vetor de desenvolvimento nacional. Isso exigiria avançar de forma consistente na nacionalização das tecnologias, dos insumos, da logística e da industrialização das cadeias produtivas agroalimentares, desenvolvendo e empregando fatores produtivos rurais e urbanos nacionais e avançando da atual exportação de *commodities in natura* para a de alimentos processados, biocombustíveis, produtos químicos e farmacêuticos:

[...] o Estado brasileiro poderia aproveitar as reservas estrangeiras e investimentos em infraestrutura da China para atualizar a sua capacidade industrial (mudando do petróleo cru, minério de ferro e exportações de soja para a expansão das suas indústrias petroquímica, siderúrgica, processamento de alimentos e carnes) e a partir daí também financiar a extensão e melhoria dos serviços sociais [...]. (Oliveira 2015, 14)

Para isso, será necessário estabelecer nova forma de relacionamento comercial com os chineses, pois o tipo de complementaridade atualmente vigente não favorece a industrialização do Brasil, pelo contrário. Como dado representativo deste fato no próprio complexo da soja, o Brasil ampliou de 18 para 31% a sua participação da produção global de soja em grão entre 1990 e 2014, mas apenas de 15 para 16% a da soja moída, processada para fins industriais. A China, por sua vez, aumentou a sua participação na moagem mundial de 4 para 29% (Oliveira 2015, 10). Ou seja, o Brasil ampliou significativamente a sua produção dos grãos, mas é a China que está industrializando a maior parte deles.

Além disso, o conhecimento científico desenvolvido na agricultura em condições tropicais permitirá ao Brasil exportar tecnologias, insumos e sementes para outros países, principalmente na África, ensejando ganhos de influência internacional através da “diplomacia agrícola” (Elverdin and Piñeiro 2019, 40). Essa posição poderá, também, significar para o Brasil maiores possibilidades de cooperação e liderança no interior do Mercosul e com países do chamado “Sul Global”.

Destaque-se também a expansão e a liderança brasileira no interior da chamada “República da Soja”, reunindo Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Esses países, que possuem “o maior potencial para expansão agroindustrial” (Oliveira 2015, 15) no mundo contemporâneo, deverão assumir “nova e crucial significância geopolítica”.

A importância estratégica da ‘República da Soja’ é que contem um ‘espaço vital’ que assegura acesso a recursos alimentares e hídricos. Nas próximas décadas, tendências demográficas e climáticas determinarão a ascensão desses recursos a um nível mais elevado de importância do que o petróleo, conforme países importadores intensificam a sua busca por recursos alimentares. (Turzi *apud* Oliveira 2015, 15)

Neste mundo, a escassez de recursos estratégicos, como os agrícolas, será a “nova norma”, com tendência crescente à volatilidade dos preços, comprometendo a segurança e a estabilidade dos importadores; e acesso cada vez mais desigual aos recursos. Nesse sentido, os produtos agrícolas estão se tornando o “motor escondido da política mundial” (Oliveira 2015, 15).

Por outro lado, é preciso reconhecer que essa posição de destaque será, também, uma fonte potencial de ameaças. Em primeiro lugar, a crescente escassez global de recursos hídricos e agrícolas poderá fazer do Brasil, abundante em ambos, alvo da cobiça internacional. No contexto das disputas interestatais, o eventual acirramento da rivalidade entre a China e os Estados Unidos poderá fazer do Brasil alvo de ações de desestabilização com vistas a comprometer a posição de um competidor no comércio agrícola internacional e, também, a segurança alimentar da principal potência ascendente.

Do ponto de vista doméstico, a expansão predatória da fronteira agrícola arrisca biomas brasileiros como o cerrado, já em grande medida comprometido. Além dele, o Brasil ainda tem um vasto ativo para onde avança sua fronteira agrícola: a Amazônia. Investimentos em infraestrutura e conectividade visando o desenvolvimento de economia verde, condizentes com a geografia da região e em integração com os demais países da Pan-Amazônia encurtariam os caminhos das exportações brasileiras para a Ásia e para os vizinhos sulamericanos, seja por meio rodoviário, ferroviário ou multimodal, a exemplo da recente inauguração da Ponte Abunã, sobre o rio Madeira, entre os estados do Acre e de Rondônia, que conectam a Amazônia brasileira ao Oceano Pacífico.

Outro risco é o agravamento da situação, já precária, da segurança alimentar no Brasil. A liberalização e o crescimento do comércio agrícola, com maior foco na produção de *commodities* agrícolas exportáveis, frequentemente resulta na ampliação das exportações, de um lado; e na redução da produção de alimentos para a população local, por outro. Nesses casos, quanto maior o comércio agrícola, maior tende a ser a redução na disponibilidade de alimentos, conseqüentemente elevando os índices locais de fome e desnutrição (Patnaik 1996; 2008). A redução dos estoques reguladores brasileiros nos últimos anos, praticamente a zero, paralelamente

ao aumento das importações de gêneros básicos da dieta nacional como arroz e feijão, vem produzindo maior volatilidade dos preços dos alimentos no Brasil e “dolarização” crescente da segurança alimentar da população, expondo a sua segurança alimentar a riscos cambiais.

Portanto, o Brasil precisará, nos próximos anos, de políticas que deem conta de, por um lado, atender à demanda externa por *commodities* agrícolas, fundamentais para a obtenção de divisas externas; e por outro, ampliar a produção nacional de alimentos, os fornecendo a preços baixos para a população. Para isso, faz-se necessário que o Brasil também amplie sua visão de segurança alimentar, a exemplo do que faz a China, criando políticas públicas de garantia da segurança alimentar interna que passem não apenas por políticas assistencialistas, mas também por um projeto mais amplo e duradouro de desenvolvimento nacional. Dentre essas políticas, destacam-se a necessária proteção à diversificação da agricultura com foco no abastecimento interno, a recomposição dos estoques de grãos para se proteger da volatilidade do comércio internacional e a intensificação da agricultura nacional, visando agregar valor e gerar emprego e renda.

Em suma, diante desse cenário internacional cada vez mais complexo e incerto, gerador de grandes oportunidades, mas também de ameaças concretas para o Brasil, precisaremos, mais do que nunca, de governos dotados de apurada visão estratégica e capazes de explorar as disputas entre as maiores potências mundiais em favor dos nossos principais interesses, quais sejam, garantir a soberania, a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento nacionais.

REFERÊNCIAS

Belik, Walter. 2019. “Segurança alimentar e nutricional na China: aspectos históricos e atuais desafios.” In *Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva*, edited by Marcos Costa Lima, and Eduardo Matos Oliveira. 37-55. Recife: FASA.

Bernstein, Henry. 2015. “Food regimes and food regime analysis: a selective survey”. *BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)*, Working Paper Series (April): 1-33.

Buzan, Barry. 1983. *People, State and Fear: The International Security Problem in International Affairs*. Sussex: Wheatsheaf Book Ltd.; Harvester Press Group.

Clapp, Jennifer. 2014. “Financialization, distance and global food politics”. *Journal of Peasant Studies* 41, no. 5: 797-814.

Christensen, Cheryl. 1977. "Food and National Security". In *Economic Issues and National Security*, edited by Klaus Knorr, and Frank N. Trager: 289–320. Lawrence, Kansas: University Press of Kansas.

Elverdin, Pablo, and Martín Piñeiro. 2019. "Papel dos países do Cone Sul na geopolítica dos alimentos." In *Geopolítica do alimento: o Brasil como fonte estratégica de alimentos para a humanidade*, edited by Pedro A. Vieira, Elisio Contini, Gilmar P. Henz, and Virgínia G. de C. Nogueira: 35–42. Brasília, DF: Embrapa.

FAO. 2019. *Food Outlook — Biannual Report on Global Food Markets* — November. Roma. <https://www.fao.org/3/CA6911EN/CA6911EN.pdf>.

FAO. 2021. *Food Outlook — Biannual Report on Global Food Markets* — June. Roma. <https://www.fao.org/3/cb4479en/cb4479en.pdf>.

FAO. 2022. *Food Outlook — Biannual Report on Global Food Markets* — June. Roma. <https://www.fao.org/3/cb9427en/cb9427en.pdf>.

FAO. 1996. Report of the World Food Summit. Roma. <https://www.fao.org/3/w3548e/w3548e00.htm>.

Fiori, José Luis. 1997. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Food & Agriculture Organization (FAO). 2021. *Food Outlook – Biannual Report on Global Food Markets*. Roma. <https://www.fao.org/3/cb4479en/cb4479en.pdf>.

Food & Agriculture Organization (FAO). 1996. *Report of the World Food Summit*. Roma. <http://www.fao.org/wfs>.

Friedmann, Harriet, and Philipp McMichael. 1989. "Agriculture and the State System: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present". *Sociologia Ruralis* no. 29: 93–117.

Goldfarb, Yamila. 2015. "Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill". *Revista Nera* 18, no. 28 (dossiê): 32–67.

Gonçalves, José B., and Ariane Costa. 2019. "Importância dos alimentos na geopolítica." In *Geopolítica do alimento: o Brasil como fonte estratégica de alimentos para a humanidade*, edited by Pedro A. Vieira, Elisio Contini, Gilmar P. Henz, and Virgínia G. de C. Nogueira: 27–34. Brasília, DF: Embrapa.

Jacques, Martin. 2009. *When China Rules the World: the Rise of the Middle Kingdom and the End of the Western World*. Londres: Penguin Books.

Li, Junru. 2018. *Governing China in the New Era*. Beijing: Foreign Languages Press Co. Ltd.

Li, Xing. 2019. “China’s Pursuit of the ‘One Belt One Road’ Initiative: a New World Order with Chinese Characteristics?” In *Mapping China’s One Belt One Road Initiative*, edited by Xing Li: 1–28. Londres: Palgrave Macmillan.

Lima, Marcos Costa, and Eduardo Matos Oliveira. 2019. “Land Grabbing, fome e meio rural: Brasil e China.” In *Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva*, edited by Marcos Costa Lima, and Eduardo Matos Oliveira: 23–36. Recife: FASA.

Mendonça de Barros, Alexandre L. 2019. “Relevância geopolítica do agronegócio brasileiro e desenho das estratégias comerciais.” In *Geopolítica do alimento: o Brasil como fonte estratégica de alimentos para a humanidade*, edited by Pedro A. Vieira, Elisio Contini, Gilmar P. Henz, and Virgínia G. de C. Nogueira: 43–54. Brasília, DF: Embrapa.

Morán, Daniel Méndez. 2019. *136: El Plan de China en América Latina* [Kindle eBook].

Morgenthau, Hans J. 1993. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* (Brief Edition). New York: McGraw-Hill.

Oliveira, Gustavo de L. T. 2015. “The geopolitics of Brazilian soybeans”. *The Journal of Peasant Studies* 43, no. 2, 348–72.

Partido Comunista da China. 2017. *Íntegra do Relatório do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China*. http://portuguese.xinhuanet.com/2017-11/03/c_136726423.htm.

Passi, Ritika. 2019. “Unpacking Economic Motivations and Non-economic Consequences of Connectivity Infrastructure Under OBOR.” In *Mapping China’s One Belt One Road Initiative*, edited by Xing Li: 167–196. Londres: Palgrave Macmillan.

Patnaik, Utsa. 1996. “Export-Oriented Agriculture and Food Security in Developing Countries and India”. In *Economic and Political Weekly* 31, no. 35/37, Special Number (Sep.): 2429–2449.

Patnaik, Utsa. 2008. “Theorizing poverty and food security in the era of economic reforms”. In *Globalization and the Washington Consensus: its influence on democracy and development in the south*, edited by Gladys Lechini: 161–200. Buenos Aires: Clasco — Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Paulinelli, Alysson, and Roberto Rodrigues. 2019. “Alimento e sociedade no Brasil: futuro que se constrói agora.” In *Geopolítica do alimento: o Brasil como fonte estratégica de alimentos para a humanidade*, edited by Pedro A. Vieira, Elisio Contini, Gilmar P. Henz, and Virgínia G. de C. Nogueira: 15–26. Brasília, DF: Embrapa.

Roberts, J. A. G. 2012. *História da China*. Lisboa: Edições Textos e Grafia.

Santos, Maureen, and Verena Glass (eds.). 2018. *Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

Torres, Felipe Torres. 2003. “La visión teórica de la seguridad alimentaria como componente de la seguridad nacional.” In *Seguridad alimentaria: seguridad nacional*, edited by Felipe Torres Torres: 15–51. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas — Plaza y Valdés.

Torres, Felipe Torres. 2014. “Seguridad alimentaria: una explicación sobre prevalencia de los desequilibrios en México”. *Estudios Agrarios* 20, no. 57: 71–98.

US Department of Agriculture. 2022. *Foreign Agriculture Service*. <https://www.fas.usda.gov/regions/china>.

Vogel, Ezra F. 2011. *Deng Xiaoping and the Transformation of China*. Cambridge; Massachusetts; Londres: The Belknap Press of Harvard University Press.

World Trade Organization (WTO). 2022. *WTO data portal*. <https://data.wto.org/>.

Xi, Jinping. 2017. *The Governance of China II*. Beijing: Foreign Languages Press Co. Ltd.

Ye, J. Z., J. Rao, and H. F. Wu. 2010. “Crossing the River by Feeling the Stones’: rural development in China”. *Rivista di Economia Agraria* LXV, no. 2 (aprile-giugno).

Zheng, Bijian. 2018. *Economic Globalization and China's Future*. Beijing: Foreign Languages Press Co. Ltd.

NOTAS

1. Para a FAO (1996), “a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”.
2. As cadeias produtivas do sistema agroalimentar contemporâneo caracterizam-se pela integração crescente da agricultura num extenso conjunto de processos multi-setoriais de produção, fazendo com que a produção nas fazendas represente apenas uma das suas muitas etapas. Em primeiro lugar, há o emprego intenso de diversos tipos de equipamentos e insumos industriais. Dentre eles, estão: máquinas (tratores, colheitadeiras, silos), fertilizantes (minerais, químicos e naturais), pesticidas, rações, sementes (naturais e geneticamente modificadas), animais e produtos biotecnológicos, entre outros. Em seguida à produção das matérias primas alimentares, como os grãos em estado bruto, se dá o seu processamento industrial em atividades como limpeza, beneficiamento e acondicionamento. Além disso, em diversos pontos dessas cadeias, operam serviços relacionados à distribuição e comercialização dos insumos, das matérias primas e dos alimentos já processados: transporte, armazenagem, comercialização, propaganda e *marketing* etc. Intermediando esses processos encontram-se as finanças, a cargo das empresas, bancos, agências governamentais de fomento, investidores institucionais, seguradoras etc.; os governos nacionais, regionais e locais, que promovem o fomento e a regulação dessas atividades; e as universidades e agências de pesquisa agropecuária. Portanto, esse sistema se caracteriza por cadeias complexas e extensas de produção e distribuição permeadas por atividades industriais e de serviços de diversas naturezas. Nelas, as atividades de logística são centrais, pois intermedeiam e coordenam as diversas etapas.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NACIONAL DA CHINA NO SÉCULO XXI:
RIVALIDADE COM OS ESTADOS UNIDOS E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL

RESUMO

Superpopulosa e escassa em recursos agrícolas em relação à sua vasta população, a China importa cada vez mais para garantir a sua segurança alimentar. Todavia, o regime agroalimentar mundial é hegemônico pelos Estados Unidos, expondo a segurança alimentar chinesa a riscos. Grande potência agroexportadora, o Brasil desempenhará posição central na estratégia chinesa de segurança alimentar, auferindo oportunidades, embora também algumas ameaças.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; China; Estados Unidos; Brasil.

ABSTRACT

Overpopulated and scarce in agricultural resources relative to its vast population, China is importing increasingly to ensure its food security. However, the global agri-food regime is hegemonized by the United States, exposing Chinese food security to risks. A major exporting power, Brazil will play a central role in China's national security strategy, taking opportunities, although also some threats.

Keywords: Food Security; China; United States; Brazil.